MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Industrial e Comercial

LEI N.º 158

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Art. 1.º É permitido aos alunos, quer ordinários, quer voluntários, do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que, à data da promulgação do decreto-lei de 23 de Maio de 1911, que criou o Instituto Superior Técnico, estavam matriculados nos cursos daquele Instituto, concluírem esses cursos, nos termos do regulamento aprovado por decreto de 9 de Julho de 1903 e nos da presente lei.

§ único. A mesma doutrina deste artigo se applicará aos alunos que se matricularem no Instituto Superior Técnico, por virtude do exposto no artigo 1.º do decreto de 14 de Outubro de 1911.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo 1.º, os alunos cur-

sarão as disciplinas que lhes faltarem, na secção secundária do extinto Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, ou outra escola que a substitua, no Instituto Superior de Comércio, caso tenham as precisas habilitações para a matrícula, e ainda na Escola Industrial Marquês de Pombal, se entre essas disciplinas figurarem algumas das mencionadas no artigo 4.º do decreto n.º 121, de 8 de Setembro de 1913.

Art. 3.º O Instituto Superior Técnico passará a estes alunos, nos mesmos termos dos diplomas que conferiu aos alunos, nas condições da alínea c) do artigo 151.º do decreto de 14 de Julho de 1911, os diplomas a que se refere o citado decreto de 9 de Julho de 1903.

Art. 4.º Para os efeitos desta lei fica estabelecido um período transitório de seis anos.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República e publicada, em 8 de Maio de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *José de Matos Sobral Cid*.